INTERESSADO: José Joaquim Balthazar

ASSUNTO : Regularização de vida Escolar

RELATOR : Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello

PARECER N° 1037/75, CTG; Aprov. em 2/4/75

I- RELATÓRIO

1. Histórico: Conforme se lê no relatório de fls. 29 do Ilustre Conselheiro: Alfredo Gomes;"o interessado, José Joaquim Balthazar, freqüentou e colou grau a 9 de fevereiro de 1973, no curso de graduação da Faculdade de Direito de Taubaté, neste Estado. Contudo, ao requerer a expedição do respectivo diploma viu denegado o pedido sob a alegação de que irregularidade no exame da disciplina Português, somente fora sanada após a colação de grau". Examinando a Câmara de 2º grau o assunto, com base em Pareceres CFE, citados no referido Parecer, e constantes dos volumes da Documenta, juntos por fotocópia, pelo interessado, e a orientação firmada por aquele Conselho que, em regularizando qualquer interessado situação escolar inquinada de vício, especialmente não se comprovando a má fé da sua concluiu que parte/, este deve ser havido por sanado, convalidando-se a sua situação escolar.

A nobre Câmara do 2º Grau, considerando, consoante a orientação acima exposta, válidos os estudos feitos pelo interessado José Joaquim Balthazar em nível de 2º grau, como a dúvida a respeito decorria de consulta da Escola de nível superior, e dizia respeito à validade do seu diploma neste nível, era consequência da apontada irregularidade, houve por bem submeter o assunto a esta Câmara quanto ao objeto final da dúvida, ou seja, a validade de seu curso na Faculdade de Direito de Taubaté.

2. Fundamentação: Validados pela Câmara do 2º Grau os estudos feitos pelo interessado em nível de 2º grau, e se a dúvida levantada pela Faculdade de Direito de Taubaté diz respeito a esse estudos e com base, como se disse, em orientação do CFE, não pode a Câmara do 3º Grau, em reconhecer esta validade do diploma, deixar de manifestar-se favoravelmente à expedição do diploma do interessado no curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito de Taubaté. Aliás, os Pareceres retro-referidos do CFE dizem respeito a situações equivalentes: Validades de provas em curso superior/ou término de curso superior/,se comprovada, ao depois, regularização da situação escolar do estudante em nível de curso de 2º grau.

II- CONCLUSÃO

Destarte opino favoravelmente ao reconhecimento da validade do curso de graduação realizado na Faculdade de Direito de Taubaté, pelo interessado, José Joaquim Balthazar, é à expedição do respectivo diploma.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1975

a) Conselheiro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu Parecer o Voto do nobre Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Amélia Americano Domingues de Castro, Antonio Delorenzo Neto, Frederico Pimentel Gomes, Olavo Baptista Filho, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello. Wlademir Pereira.

Sala das Sessões , em 5 de março de 1975

a) Conselheiro Luiz Ferreira Martins - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 2 de abril de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente